

Discurso Proferido pelo Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União por Ocasão da Apreciação das Contas Prestadas pela Presidência da República referentes ao Exercício de 2012.

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimos Senhores Ministros,
Senhoras e Senhores,

Pela septuagésima oitava vez, reúne-se o Tribunal de Contas da União para, em conformidade com o disposto na Constituição Federal, apreciar as contas prestadas anualmente pela Presidência da República. Em pauta, as contas do segundo ano do mandato da Excelentíssima Senhora Presidenta Dilma Rousseff.

Parabenizo o Excelentíssimo Ministro José Jorge, relator destas contas, por ter liderado, com a costumeira dedicação e a inconfundível maestria, um trabalho complexo e de grande envergadura. Parabenizo, também, a equipe do gabinete do relator e os servidores da Secretaria de Macroavaliação Governamental – Semag, unidade técnica com notável cabedal de conhecimento no exame das contas governamentais.

Ao longo dos anos, o TCU foi aprimorando sua forma de atuação na apreciação das contas da Presidência da República. Essa evolução decorreu de decisivos investimentos na instituição, que tiveram por fim dotá-la de estruturas material e humana condizentes com as suas muitas e importantíssimas missões constitucionais.

O aprimoramento do TCU é um processo contínuo, por certo. Mas o que se percebe é que o Tribunal encontra-se, hoje, estruturado e capacitado para proceder, com precisão, segurança e rigor técnico, não apenas ao exame formal das contas do governo, mas, também, à análise crítica das políticas governamentais, avaliando sua adequação, sua pertinência e seus resultados. E foi exatamente dessa forma que o trabalho de exame de contas que ora é trazido à apreciação do Tribunal foi elaborado.

O exame empreendido pelo TCU nas contas governamentais referentes ao exercício de 2012 teve por balizas as diretrizes, os objetivos e as metas estabelecidas no Plano Plurianual – PPA elaborado para o quadriênio de 2012 a 2015. Consentâneo com as conhecidas convicções políticas da Presidenta Dilma Rousseff, esse PPA tem por norte a promoção do crescimento econômico por meio da inclusão social e regional.

O exame das contas governamentais referentes a 2012 evidencia que houve avanços na redução das desigualdades sociais do País. Mas, por outro lado, também evidencia que o País ainda se ressentia de condições básicas para levar a efeito um crescimento econômico sustentável e capaz de efetivamente solucionar os seus ainda graves problemas sociais.

O trabalho de exame de contas que ora é apresentado ao Tribunal enfoca, com clareza e exatidão, temas de maior relevância, a exemplo do desempenho da economia brasileira, do alcance das metas fiscais, abordando-se, inclusive, os artifícios contábeis de que lançou mão o governo para alcançar o superávit primário, do relacionamento do Tesouro Nacional com as instituições financeiras estatais, das deficiências na contabilização de passivos da União, incluindo-se o passivo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, no valor de aproximadamente R\$ 1,2 trilhão, da política nacional de combustíveis e do projeto de integração do Rio São Francisco. O trabalho se aprofunda nesses temas – principalmente sob a ótica do crescimento inclusivo – e apresenta críticas e contribuições de grande valia para o aprimoramento da atuação governamental.

Nessa minha breve intervenção, permito-me ater à mais notória das ações da política de inclusão social do governo federal: o Programa Bolsa Família. As contas em apreciação informam que o volume de recursos públicos federais aplicados nesse programa cresceu 27% entre 2011 e 2012. Esse crescimento deveu-se, em grande parte, ao lançamento, em 2012, da Ação Brasil Carinhoso, que garantiu a todas as famílias carentes uma renda *per capita* mínima de R\$ 70,00. Em 2012, foram inscritas 791 mil famílias carentes no programa e todas já estão recebendo a ajuda financeira estatal. Esse número superou a meta de 640 mil famílias previstas para o exercício. No total, há, atualmente, mais de 13,8 milhões de famílias inscritas no programa.

O Bolsa Família é, sem dúvida, um programa grande, grandioso e necessário. Mas não se pode perder de vista que se trata de uma intervenção estatal temporária e paliativa, que deve ser implementada juntamente com ações outras, principalmente econômicas, que visem à efetiva inclusão das pessoas atendidas pelo programa no mercado de trabalho. No entanto, a informação de que o Bolsa Família se expandiu significativamente, aliada à constatação do fraco desempenho da economia brasileira em 2012, ano em que o produto interno bruto cresceu apenas 0,9%, denota que ainda se está longe da tão falada “porta de saída” daquele programa.

A propósito, como não lembrar que tivemos, recentemente, uma eloquente demonstração de quão dependente da ajuda estatal ainda se encontra a população carente do País? No dia 18 do corrente mês, um sábado, milhares e milhares de pessoas, movidas por um boato, correram desesperadamente aos postos de atendimento da Caixa Econômica Federal e às agências lotéricas para sacar o que acreditavam ser a derradeira transferência financeira do Bolsa Família. As cenas dos tumultos, divulgadas pelos meios de comunicação, constrangeram a nação e escancararam a urgente necessidade de que sejam implementadas medidas que promovam o crescimento econômico sustentável e de que esse crescimento chegue, enfim, aos bolsões de miséria do País. E, como há vários anos venho defendendo, nas sessões de apreciação das contas governamentais, a principal dessas medidas é o decisivo e maciço investimento na educação pública de qualidade. O Programa Bolsa Família é momentaneamente imprescindível para os brasileiros despossuídos, mas só a educação os libertará.

Para encerrar, reitero cumprimentos ao Ministro José Jorge e a todos os servidores que estiveram sob sua coordenação no cumprimento de uma missão que fortalece a nossa democracia.

Aliás, nunca é demais lembrar que o TCU tem, com a democracia, uma relação de estreita interdependência: o Tribunal existe para servir à democracia e é somente a democracia que garante a efetiva atuação do Tribunal.

São essas, Excelências, Senhoras e Senhores, minhas breves considerações.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 29 de maio de 2013.

Lucas Rocha Furtado
Procurador-Geral